

Carta-resposta ao SINDETUR-MG

Turismo que valoriza as pessoas e desenvolve os territórios

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2026

Ao Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais, SINDETUR-MG,
Ao senhor José Eugênio Aguiar, presidente,

Prezado presidente,
Prezadas e prezados representantes do setor,

Agradeço as propostas e sugestões entregues à nossa candidatura no encontro sobre turismo. Recebo os dez pontos como uma contribuição de quem trabalha para transformar o interesse por Minas Gerais em viagens realizadas e oportunidades para os destinos.

Como afirmei no encontro, Minas Gerais não começa do zero. Há conhecimento acumulado nas equipes públicas e no setor, iniciativas que merecem continuidade e experiências regionais das quais o governo precisa aprender. Meu compromisso é preservar o que funciona e enfrentar os obstáculos, sem interromper uma política apenas porque ela começou em outra administração.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes prevê estruturar roteiros regionais, fortalecer o patrimônio cultural e profissionalizar a gestão turística. Também propõe cooperação municipal e uma política para as estâncias hidrominerais. A partir dessas diretrizes e do que apresentei no encontro, respondo às dez prioridades do SINDETUR-MG, distinguindo os compromissos que assumo dos projetos que exigem dimensionamento.

1. Fortalecer a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Acolho a proposta de manter Cultura e Turismo na mesma secretaria, com equipes qualificadas e responsabilidades claras para as duas áreas. Nosso plano estabelece sua integração na estratégia de desenvolvimento regional. A manutenção da estrutura conjunta, sugerida pelo SINDETUR-MG, é compatível com essa orientação e deverá ser acompanhada de capacidade de execução.

Defendo fortalecer o orçamento da área e dar previsibilidade às ações prioritárias. A ampliação dos recursos deverá ser construída no planejamento orçamentário, com fontes identificadas e metas públicas. Não fixo nesta carta um percentual de aumento sem conhecer as necessidades e a execução existente. Assumo incluir o turismo nas decisões sobre investimento e melhorar o acompanhamento dos recursos destinados ao setor.

Essa integração preservará as finalidades próprias de cada política. A cultura tem valor para a sociedade além de sua capacidade de atrair visitantes. O turismo, por sua vez, precisa de gestão que alcance a comercialização e os serviços, não apenas o calendário cultural.

2. Fortalecer as entidades e o Conselho Estadual de Turismo

O Conselho Estadual de Turismo deverá participar das decisões, e não apenas tomar conhecimento delas depois de anunciadas. Defendo calendário regular de reuniões e acesso prévio às informações necessárias, com registro dos encaminhamentos e respostas sobre sua execução, respeitadas as atribuições do colegiado.

Manterei interlocução com o SINDETUR-MG e com as demais entidades representativas, assegurando espaço às diferentes regiões e aos pequenos negócios. A participação não será condicionada a apoio eleitoral, nem a política ficará subordinada a uma única organização.

Apoiaremos os municípios na qualificação de seus conselhos de turismo, com compartilhamento de experiências e formação. O Estado deve oferecer suporte e prestar contas de sua própria atuação, respeitando a autonomia municipal e a independência das entidades participantes.

3. Apoiar a FECITUR-MG e as Instâncias de Governança Regional

Reconheço a FECITUR-MG como interlocutora da regionalização e assumo fortalecer o apoio às IGRs. A proposta do sindicato deverá se traduzir em assistência técnica e fomento ao trabalho regional, com instrumentos adequados às ações a executar, critérios públicos e prestação de contas.

Esse apoio precisa ajudar a manter capacidade de trabalho, e não apenas financiar encontros esporádicos. A elaboração de projetos e a organização da oferta turística exigem continuidade. Vamos discutir com a FECITUR-MG e as IGRs como financiar entregas regionais e apoiar as localidades com menor capacidade técnica, sem estabelecer repasses indistintos ou valores ainda não dimensionados.

Os Governos Regionais previstos no nosso plano serão parceiros dessa construção. Não substituirão as IGRs nem redesenharão unilateralmente os circuitos turísticos. Sua função será aproximar as demandas do Estado e acompanhar os encaminhamentos. A cooperação com consórcios e Convention & Visitors Bureaux respeitará as atribuições próprias de cada organização.

4. Iniciativa privada, produtos mineiros e qualidade da experiência

Quero uma parceria em que o Estado ofereça condições e o setor privado tenha espaço para empreender. Cabe ao governo apoiar a qualificação dos destinos e organizar as responsabilidades públicas. Não proponho que o Estado substitua quem comercializa viagens ou opera serviços turísticos.

Acolho a valorização de azeites, cachaças, cafés, cervejas artesanais, doces, queijos e vinhos apresentada pelo SINDETUR-MG. Esses produtos podem integrar experiências que aproximem o visitante dos lugares e das pessoas que os produzem. O apoio deverá alcançar também a culinária tradicional e os pequenos fornecedores, com orientação para a qualidade e a regularidade da produção.

Nosso plano prevê fortalecer a Emater-MG e a Epamig e aproximar o conhecimento das vocações regionais. Essa capacidade poderá apoiar a conexão entre produção rural e turismo. O objetivo será ajudar a transformar a visita em uma experiência organizada, com informação e condições de comercialização, preservando a autenticidade e remunerando o trabalho de quem recebe.

5. Diversificação econômica com cultura e patrimônio preservados

O turismo fará parte da estratégia de diversificação econômica de Minas Gerais. Sua contribuição será acompanhada pela capacidade de gerar oportunidades duradouras, ampliar a renda local e valorizar o território, sem tratar o crescimento do fluxo de visitantes como resultado suficiente.

Nosso plano prevê o Mapa Estadual da Cultura e o fortalecimento do Iepha-MG, além da proteção dos mestres de ofício. Vamos conectar a conservação do patrimônio à gestão dos equipamentos e à organização da visitação. Um bem preservado precisa também de condições de funcionamento e manutenção, observadas as responsabilidades de quem o administra.

Apoiaremos a preparação de experiências que aproximem o visitante da história e da produção cultural contemporânea. Essa atuação deverá respeitar o uso dos espaços pelas comunidades. Preservação não será apenas argumento de divulgação: será condição para a continuidade da atividade turística.

6. Turismo de negócios e eventos nas cidades-polo

Assumo organizar uma política de captação que considere a capacidade das cidades-polo e trabalhe com o setor para ampliá-la. A carteira de oportunidades será construída com os Convention & Visitors Bureaux e as demais entidades, identificando eventos que os destinos possam disputar e os requisitos de cada candidatura.

O planejamento deverá considerar conjuntamente espaços, fornecedores, hospedagem, receptivo, restaurantes e transporte. Antes de anunciar novos equipamentos, vamos examinar a utilização e as possibilidades de qualificação dos existentes. Obras necessárias deverão apresentar demanda e previsão de funcionamento, para que a infraestrutura não fique sem operação depois de inaugurada.

Apoio desenvolver novas feiras associadas às vocações econômicas regionais e buscar congressos e eventos de alcance internacional e nacional. A preparação comercial terá acompanhamento até a realização. Também trabalharemos para conectar esses visitantes a roteiros que permitam prolongar a estadia, com programação ao longo do ano.

O apoio público terá critérios transparentes. Vamos distinguir candidatura apresentada, evento confirmado e evento realizado, acompanhando a origem do público e os efeitos sobre a permanência e a renda no destino.

7. Turismo de aventura, de base comunitária, de natureza, religioso e rural

Acolho o fortalecimento desses segmentos e a valorização da Serra do Espinhaço e de Furnas. A organização de rotas e trilhas deverá estar vinculada à conservação e às condições de visitação, com participação dos responsáveis pelas áreas e das comunidades locais.

No turismo de aventura e de natureza, a qualificação deverá incluir a avaliação de riscos e a preparação dos serviços para receber visitantes com segurança. A integração com os órgãos responsáveis por alertas e emergências será parte dessa organização. Não ampliaremos a divulgação de uma experiência sem considerar as condições para sua realização.

No turismo religioso, respeitaremos os espaços de culto e as diferentes tradições, apoiando o acesso e a organização dos destinos sem transformar a política pública em preferência por uma crença. No turismo de base comunitária e rural, as comunidades deverão participar das decisões e receber os benefícios da atividade, sem perder o controle sobre seus modos de vida.

Essa agenda também se conecta à política de bem-estar das estâncias hidrominerais prevista no plano, com calendário permanente, operação profissional e requalificação de funcionamento. O turismo precisa permitir que o visitante conheça diferentes experiências e que cada território desenvolva sua vocação.

8. Mobilidade e infraestrutura de acesso

Este item reúne projetos com escalas e responsabilidades distintas. Respondo a cada um deles para que o apoio ao objetivo não seja confundido com a promessa de executar, de imediato, todas as obras sugeridas.

Conexão entre Confins e Belo Horizonte. Reafirmo como prioridade uma ligação rápida e eficiente entre o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, e o centro da capital. Metrô e VLT serão considerados na avaliação das alternativas, aproveitando os estudos existentes. A escolha deverá comparar capacidade, custos, integração, prazo de implantação e tempo de viagem. A prioridade é oferecer um serviço confiável para visitantes e trabalhadores, sem definir antecipadamente uma modalidade que ainda precisa ter viabilidade demonstrada.

Rodoanel. Sou favorável ao Rodoanel como solução de contorno metropolitano e à continuidade responsável de seu encaminhamento. Isso exige examinar as condições de execução e tratar os impactos com os municípios e as comunidades envolvidas. Não significa endossar sem análise qualquer traçado. O projeto deverá observar a proteção ambiental e as responsabilidades contratuais, com financiamento e etapas demonstrados. Também não substitui as melhorias necessárias no atual Anel Rodoviário.

Terminais turísticos. Recebo a proposta de atendimento às 50 maiores cidades turísticas como referência para um levantamento de necessidades, não como compromisso automático de construir 50 novos terminais. Vamos identificar onde é preciso criar infraestrutura e onde a adaptação de espaços existentes oferece melhor resposta. A cooperação com os municípios deverá considerar embarque e desembarque, informação ao visitante, integração com as rodovias locais e manutenção. O planejamento não excluirá destinos menores que apresentem necessidade regional comprovada.

Rodovias e estradas de acesso. Aplicaremos as propostas do plano de manutenção plurianual por desempenho e diagnóstico anual da infraestrutura. Os acessos turísticos entrarão na priorização, juntamente com os critérios de risco e de interesse público. Contratos e projetos serão acompanhados por execução e prazo. Na malha federal, o Estado atuará com a União e os responsáveis pelas concessões, sem prometer como obra estadual uma intervenção de outra competência.

Ferrovias turísticas. Apoiaremos a preservação do patrimônio ferroviário e a estruturação de serviços onde houver demanda e viabilidade. O trabalho deverá definir os responsáveis pela infraestrutura e pela operação, além das condições para sua manutenção. A experiência turística precisa de funcionamento continuado, não apenas da recuperação física de uma estação.

Navegação. Acolho a avaliação das oportunidades de transporte e turismo náutico, inclusive em Furnas. Os projetos deverão considerar as condições ambientais e de segurança, a infraestrutura de embarque e as responsabilidades operacionais. O Estado apoiará a articulação com as autoridades competentes e com os municípios, sem antecipar autorização para serviços ainda não examinados.

9. Exportação e ampliação de mercados para produtos mineiros

Apoio ampliar o acesso do artesanato, das bebidas e dos produtos culinários de Minas Gerais aos mercados externos. Essa atuação será conectada à promoção turística, com participação dos produtores e das empresas que conhecem os canais de comercialização.

A preparação deverá ir além de expor produtos em uma feira. Proporei cooperação para orientar os empreendimentos sobre adequação às exigências dos mercados, capacidade de entrega, formação de preços e logística. As instituições estaduais serão articuladas aos órgãos federais e às entidades de promoção comercial, conforme as necessidades de cada atividade.

Há duas frentes complementares: vender produtos mineiros no exterior e trazer visitantes para conhecer sua origem. Vamos trabalhar ambas, sem confundir uma com a outra. A promoção deverá gerar relações comerciais acompanhadas, com oportunidades também para quem produz em pequena escala.

10. Qualificação e melhores perspectivas de remuneração

Concordo que a política de turismo deve buscar trabalho qualificado e melhor remunerado. O desenvolvimento do setor precisa aparecer na vida de quem trabalha nele. A formação será orientada pelas necessidades dos destinos e articulada com instituições de ensino e organizações do Sistema S, em diálogo com empresas e representantes dos trabalhadores.

Defendo oportunidades de atualização profissional e de progressão, com atenção a atendimento, gestão, idiomas, operação turística, produção de eventos e recursos digitais. A formação para empreender também deverá abordar planejamento e condições de acesso aos mercados. Não basta oferecer um curso sem considerar onde aquele conhecimento poderá ser aplicado.

Não prometerei um percentual geral de aumento salarial para a iniciativa privada nem substituirei a negociação entre empregadores e trabalhadores. O compromisso do Estado será ampliar as condições para ganhos sustentáveis de produtividade e de renda, respeitando os direitos de quem trabalha. Qualificação deve ser acompanhada de oportunidades reais e de atividade menos concentrada em poucos períodos do ano.

O acompanhamento considerará conclusão dos cursos, inserção profissional, progressão e remuneração, além das vagas oferecidas. Assim poderemos avaliar se a política melhora o serviço e a vida das pessoas, em vez de medir apenas a emissão de certificados.

Uma agenda de trabalho que continue depois do encontro

As propostas do SINDETUR-MG integrarão o diálogo para a estratégia de turismo e eventos que propomos consolidar no primeiro ano de governo. A interlocução ocorrerá com o Conselho Estadual de Turismo e as demais instâncias existentes, preservando a participação regional. Os encaminhamentos deverão apresentar custo, fonte de financiamento, prazo e responsável, com publicidade sobre o que está em execução e o que ainda depende de estruturação.

Agradeço ao senhor José Eugênio Aguiar e aos integrantes do sindicato pela contribuição. Esta carta oferece uma base de acompanhamento dos compromissos da candidatura e mantém aberta a construção dos projetos que exigem cooperação. O reconhecimento do setor não será confundido com concordância automática com toda modalidade ou quantidade de obra sugerida. A resposta precisa estar à altura da responsabilidade de executar.

Quero que o visitante encontre razões para permanecer e voltar, e que quem vive em Minas Gerais encontre mais oportunidades para trabalhar e prosperar. É essa relação entre a experiência do turista e a qualidade de vida da população que orientará nossa política.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB